



# INDIANA SEGUROS S.A.

C.N.P.J. nº 61.100.145/0001-59

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2023 E 2022

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação básica)

**Relatório da Administração:** Atendendo às disposições legais vigentes, apresentamos as demonstrações financeiras e as informações relevantes do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do relatório dos auditores independentes. Em maio de 2023, o Grupo Liberty Brasil celebrou o Contrato de Compra e Venda de Participação (EPA - Equity Purchase Agreement) com a Talanx AG, HDI International AG, Saint Honoré Iberia S.A., Liberty UK and Europe Holdings Limited e Liberty International Holdings Inc. Através do EPA, (i) a Companhia adquiriu 99,99% do capital da Liberty International Brasil Ltda., que é detentora de 100% das ações emitidas pela Liberty Seguros S.A. e 100% das ações emitidas pela Indiana Seguros S.A., e (ii) a Saint Honoré Iberia S.L. (acionista minoritária da Companhia) adquiriu uma participação não controladora de 0,01% do capital da Liberty International Brasil Ltda. Após a aprovação da transação por parte da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e o cumprimento de todas as condições precedentes, a transferência do controle acionário da Seguradora para a HDI Seguros S.A. foi concretizada em novembro de 2023. A Indiana Seguros S.A. a partir desse momento é integrante do Grupo HDI, aqui representado pelas Seguradoras HDI Seguros, Liberty Seguros, Indiana Seguros, Santander Auto e HDI Seguros do Brasil (inicialmente denominada Sampo Consumer Seguradora) - é uma empresa do grupo alemão Talanx e seu acionista direto é a empresa HDI Seguros S.A. Atuando no Brasil há mais 40 anos, o grupo tem forte atuação nos seguros de automóveis, residenciais e empresariais, e busca constantemente atender às necessidades dos consumidores ao mesmo tempo em que

diversifica os ramos em que opera. O Grupo Talanx é o terceiro maior grupo segurador na Alemanha e um dos maiores da Europa. Com sede em Hannover, atua em mais de 175 países e conta com aproximadamente 24 mil colaboradores em todo o mundo. Em 2023, o Grupo destacou-se pelo crescimento robusto, com 43.2 bilhões de euros em receitas de prêmios e um lucro líquido de 1.581 milhões de euros - em demonstrações preliminares. O investimento no Brasil, representado pela aquisição da Sampo Consumer e do Grupo Liberty Brasil, contribuiu para o fortalecimento da companhia no último ano. **Resultados e Evolução patrimonial:** A Indiana Seguros registrou o total de R\$ 324 milhões de prêmios emitidos. Para sustentar essa operação, a Indiana Seguros conta com ativos de R\$ 1 bilhão e reservas de R\$ 451 milhões. Todos esses resultados foram fruto de estratégias sustentáveis de controle de despesas, melhoria contínua de processos e avanços digitais que tornaram os produtos ainda mais competitivos no mercado. Um dos destaques do ano do Grupo HDI foi a aquisição da Sampo Consumer e do Grupo Liberty Brasil. Com essas operações, o Grupo HDI passou a ocupar a 2ª colocação no ranking de prêmios emitidos no segmento de P&C, no valor de R\$ 12.8 bilhões e cerca de 6 milhões de clientes. Além disso, os negócios reforçaram seu posicionamento competitivo em todas as regiões do país, com destaque para Sul e Sudeste. **Perspectivas e planos da Administração para 2024:** A Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNSeg) projeta um crescimento de 11,7% do setor em 2024. Com a aquisição da Sampo Consumer e da Liberty Seguros, o Grupo HDI espera

ampliar ainda mais seus ganhos de escala e sua capacidade para oferecer os melhores produtos e condições para corretores e clientes. A prioridade da companhia é cuidar dos clientes, corretores e colaboradores, fortalecendo cada dia mais sua cultura e trabalhando fortemente para manter o ótimo desempenho de todas as marcas. **Declaração sobre capacidade financeira:** A Companhia possui intenção e capacidade financeira de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento, comprovada por projeções econômico-financeiras e estudos atuariais. **Governança corporativa:** Seguindo a política adotada pelo Grupo Talanx, a Companhia dá grande importância à manutenção de adequados controles internos e estrito cumprimento das políticas e dos procedimentos estabelecidos pela administração, das leis e dos regulamentos (compliance). O Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria são compostos por executivos de larga experiência e prestígio nos setores nacional e internacional. A Companhia mantém ainda uma estrutura de controle interno, incluindo funções de compliance e gestão de riscos, que se encontram integralmente aderentes aos preceitos estabelecidos pelos normativos do CNSP e SUSEP. **Agradecimentos:** Agradecemos aos corretores que mantêm operações com o Grupo HDI, pelo trabalho conjunto e pela confiança renovada com a qual fomos distinguidos; aos nossos clientes; às autoridades da Superintendência de Seguros Privados, pela orientação e atenção dispensadas; e aos nossos colaboradores, pela sua dedicação.

### BALANÇOS PATRIMONIAIS

Ativo	Notas Explicativas		Notas Explicativas		Passivo	Notas Explicativas		Notas Explicativas		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	
<b>Circulante</b>					<b>Circulante</b>					
Disponível	5.2. e 6	496.070	334.496	13.253	Contas a pagar	5.2. e 13	12.781	5.698	365.684	339.283
Caixa e bancos		4.606	13.253		Obrigações a pagar		1.151	795	1.053	2.039
Aplicações	5.2., 5.3. e 7	244.333	84.931		Impostos e encargos sociais a recolher		2.053	828	828	810
Créditos das operações com seguros e resseguros	5.2	125.311	125.992		Outras contas a pagar		8.749	2.054	8.749	2.054
Prêmios a receber	8	113.750	103.049		Débitos de operações com seguros e resseguros	5.2. e 14	56.020	52.705	56.020	52.705
Operações com seguradoras		181	14.417		Prêmios a restituir		1.213	873	1.213	873
Operações com resseguradoras	5.2	11.380	8.526		Operações com seguradoras		2.514	1.135	2.514	1.135
Outros créditos operacionais		6.564	3.648		Operações com resseguradoras		17.401	14.632	17.401	14.632
Ativos de resseguro e retrocessão	5.1. e 5.2	43.197	30.640		Corretores de seguros e resseguros		33.482	32.628	33.482	32.628
Títulos e créditos a receber		2.315	4.007		Outros débitos operacionais		1.410	3.437	1.410	3.437
Títulos e créditos a receber	5.2	178	1.882		Depósitos de terceiros		5.649	3.075	5.649	3.075
Créditos tributários e previdenciários	9	1.938	1.926		Provisões técnicas - seguros	5.2. e 15	291.234	277.805	291.234	277.805
Outros créditos	10.2	199	199		Danos		290.620	276.573	290.620	276.573
Outros valores e bens	5.2 e 10.3	466	869		Pessoas		614	1.232	614	1.232
Bens a venda		447	753		<b>Passivo não circulante</b>		406.516	352.584	406.516	352.584
Outros valores		19	116		Contas a pagar	5.2	2.541	2.521	2.541	2.521
Despesas antecipadas	5.5	11	-		Tributos diferidos	9. e 13	247	285	247	285
Custos de aquisição diferidos	11	69.267	71.156		Outras contas a pagar	13	2.294	2.236	2.294	2.236
Seguros		69.267	71.156		Débitos das operações com seguros e resseguros	5.2. e 14	13	13	13	13
<b>Ativo não circulante</b>		642.323	696.916		Corretores de seguros e resseguros	5.2. e 15	13	13	13	13
Realizável a longo prazo		641.342	695.709		Provisões técnicas - seguros	5.2. e 15	159.906	128.264	159.906	128.264
Aplicações	5.2., 5.3. e 7	244.744	325.286		Danos		158.775	126.971	158.775	126.971
Créditos das operações com seguros e resseguros		49	49		Pessoas		1.131	1.293	1.131	1.293
Prêmios a receber	5.2. e 8	49	49		Outros débitos	5.2. e 16	244.056	221.786	244.056	221.786
Ativos de resseguro e retrocessão	5.1. e 5.2	23.507	16.658		Provisões judiciais	5.5	366.193	339.545	366.193	339.545
Títulos e créditos a receber		304.875	296.542		Capital social	17	311.199	311.199	311.199	311.199
Créditos tributários e previdenciários	5.2 e 10.1	66.922	77.568		Reservas de capital		44	44	44	44
Depósitos judiciais e fiscais	9	237.953	218.974		Reservas de reavaliação	17	397	454	397	454
Custos de aquisição diferidos	11	68.167	57.174		Reservas de lucros	17	56.814	42.748	56.814	42.748
Seguros		68.167	57.174		Ajuste de avaliação patrimonial		(2.261)	(14.900)	(2.261)	(14.900)
Investimentos		121	140		<b>Total do Passivo</b>		1.138.393	1.031.412	1.138.393	1.031.412
Imóveis destinados a renda		121	140							
Imobilizado	12	860	994							
Imóveis de uso próprio		860	994							
Intangível		-	73							
Outros intangíveis	12.1	-	73							
<b>Total do Ativo</b>		1.138.393	1.031.412							

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

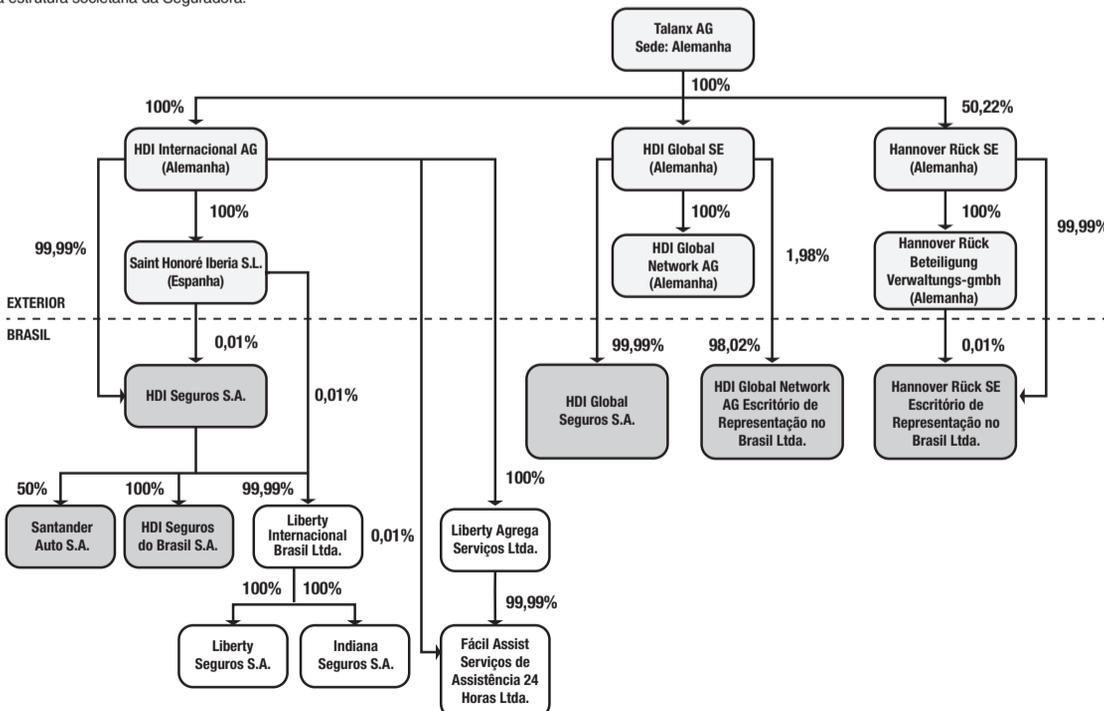
Descrição	Reserva de lucros						Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Reserva estatutária	Reserva legal	Reserva de lucros			
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	311.199	44	511	11.866	12.276	(12.210)	-	323.686	
Reserva de reavaliação:									
Realização	-	-	(57)	-	-	-	57	-	
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	(2.690)	-	(2.690)	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	18.549	18.549	
Reservas estatutárias	-	-	-	17.679	-	-	(17.679)	-	
Reserva legal	-	-	-	-	927	-	(927)	-	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	311.199	44	454	29.545	13.203	(14.900)	-	339.545	
Reserva de reavaliação:									
Realização	-	-	(57)	-	-	-	57	-	
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	-	12.639	-	12.639	
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	14.009	14.009	
Reserva Estatutária	-	-	-	13.366	-	-	(13.366)	-	
Reserva legal	-	-	-	-	700	-	(700)	-	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	311.199	44	397	42.911	13.903	(2.261)	-	366.193	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### 1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Indiana Seguros S.A. (doravante "Seguradora") foi constituída em 18 de maio de 1945, uma sociedade por ações de capital fechado com sede e escritório principal localizados na Rua Dr. Geraldo Campos Moreira, 110 em São Paulo, Estado de São Paulo - Brasil. No dia 27 de maio de 2023, a Companhia celebrou o Contrato de Compra e Venda de Participação (EPA - Equity Purchase Agreement) com a Talanx AG, HDI International AG, Saint Honoré Iberia S.A., Liberty UK and Europe Holdings Limited e Liberty International Holdings Inc. Através do EPA, (i) a Companhia adquiriu 99,99% do capital da Liberty International Brasil Ltda., que é detentora de 100% das ações emitidas pela Liberty Seguros S.A. e 100% das ações emitidas pela Indiana Seguros S.A., e (ii) a Saint Honoré Iberia S.L. (acionista minoritária da Companhia) adquiriu uma participação não controladora de 0,01% do capital da Liberty International Brasil Ltda. Após a aprovação da transação por parte da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e o cumprimento de todas as condições precedentes, o fechamento ocorreu em 22 de novembro de 2023. A Companhia a partir desse momento é integrante do grupo segurador alemão Talanx. Sua controladora direta é a HDI International AG e o controlador em última instância é a HDI V.a.G., ambas sediadas em Hannover, Alemanha. Abaixo, demonstramos o organograma com a estrutura societária da Seguradora:



Os serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo critérios de rateio que consideram a razoabilidade e sinergia das operações realizadas em conjunto ou individualmente. A Seguradora oferece uma ampla linha de produtos, voltados para atender às necessidades específicas de seus clientes nos seguintes ramos: • Automóveis; • Vida; • Rural; e • Outros ramos. A Seguradora está exposta a riscos que são provenientes de suas operações e que podem afetar

#### 2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras compreendem os balanços patrimoniais, as demonstrações de resultado, do resultado abrangente, as demonstrações das mutações do patrimônio líquido, as demonstrações dos fluxos de caixa da Seguradora, e as notas explicativas conforme legislação em vigor. a) **Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras da Seguradora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas e normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores. A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em reunião realizada em 05 de fevereiro de 2024 e foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 27 de fevereiro de 2024. A Seguradora efetuou a segregação de itens patrimoniais para o ativo/passivo circulante quando estes atendem às seguintes premissas: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decorrer normal do ciclo operacional da Seguradora (12 meses); • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até doze meses após a data do balanço; ou • É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no CPC 3 - Demonstração dos fluxos de caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos doze meses após a data do balanço. Todos os itens que não atendem ao exposto acima e, consequentemente, não satisfazem os critérios estabelecidos pelo CPC 26 (R1) - Demonstrações, foram classificados como não circulantes. b) **Comparabilidade:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas com informações comparativas de períodos anteriores, conforme disposições do CPC 26 (R1), emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e pela Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores. c) **Continuidade:** A Administração avaliou a habilidade da Seguradora em continuar operando normalmente e está convencida de que a Seguradora possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio. d) **Base de mensuração:** Os valores contidos nas demonstrações financeiras são expressos em reais (R\$), arredondados em milhares (R\$ 000), exceto quando indicado de outra forma, e foram elaborados de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos no balanço patrimonial: • Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo para as categorias "ativos mensurados ao valor justo por meio de resultado", e "ativos financeiros disponíveis para venda"; e



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

→ continuação

## INDIANA SEGUROS S.A. -

C.N.P.J. nº 61.100.145/0001-59

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

• Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da SUSEP. Conforme permitido pelo CPC 11 - Contratos de Seguro, a Seguradora aplicou aos seus contratos de seguro as normas emitidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). e) **Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Seguradora e também a moeda do principal ambiente econômico em que a Seguradora opera. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado. f) **Uso de estimativas, julgamentos e as principais premissas contábeis:** A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas homologadas pela SUSEP exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação. Estimativas e premissas são revistas periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. g) **Normas, alterações e interpretações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Seguradora:** - IFRS 9 (CPC 48) - Instrumentos financeiros: emitido em novembro de 2009, é o primeiro passo no processo para substituir o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O CPC 48 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma entrou em vigor para Semestres iniciados a partir de 01 de janeiro de 2018 e teve a aprovação da SUSEP com início de vigência estabelecida em 2 de janeiro de 2024. - IFRS 17 (CPC 50) - Contratos de Seguros: emitido em maio de 2017, estabelece princípios para reconhecimento, mensuração e apresentação e divulgação de contratos de seguros emitidos. Também requer princípios similares a serem aplicados aos contratos de resseguro detidos e contratos de investimento com características de participação discricionária emitidos. O objetivo é garantir que as entidades forneçam informações relevantes de forma a que fielmente represente esses contratos. A IFRS 17 é aplicável a partir de 1º janeiro de 2023, sendo permitida a aplicação antecipada. A Seguradora não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras e a Seguradora não planeja adotar estas normas de forma antecipada. Não há outras normas IFRS ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Seguradora. A aplicação do CPC 50 só ocorrerá quando da aprovação pela SUSEP.

#### 3. POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados, exceto quando indicado o contrário. a) **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa inclui dinheiro em espécie, contas bancárias, depósitos a prazo e outros ativos de curto prazo (com vencimento original de três meses ou período menor) de alta liquidez e com baixo risco de variação no valor de mercado. b) **Ativos financeiros: i. Classificação e mensuração:** A Seguradora classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: • Mensurados ao valor justo por meio do resultado; • Dispõniveis para venda; • Empréstimos e recebíveis; e • Mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros na data inicial de aquisição dos ativos e reavalia a sua classificação a cada data de balanço, segundo as regras restritas do CPC 39 para transferências (ou reclassificações) entre categorias. Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor de mercado. Diferenças entre o valor justo e a consideração paga pela Seguradora para a aquisição do ativo (amplamente conhecida como "*day-one profits/losses*") são reconhecidas no resultado do período somente quando a Seguradora possui a capacidade de observação direta no mercado de fatores ou premissas de precificação dos ativos. A Seguradora utiliza como critério de reconhecimento inicial de um instrumento financeiro (para todas as categorias de ativos ou passivos financeiros) o método de compra e venda regular pela data de negociação, ou seja, o reconhecimento de um ativo financeiro a ser recebido e um passivo financeiro a ser pago na data da negociação (data em que a Seguradora se torna parte de um contrato) e a baixa de um ativo financeiro e reconhecimento de ganho ou perda no dia em que a negociação ocorre. Geralmente, juros sobre os ativos e passivos correspondentes não começam a ser reconhecidos até a data de liquidação da transação quando a titularidade sobre o instrumento financeiro é transferida. ii. **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Esta categoria compreende duas subcategorias: **Ativos financeiros detidos para propósito de negociação:** A Seguradora classifica nesta categoria os ativos financeiros cujo propósito e estratégia de investimento é de manter negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. **Ativos financeiros designados ao valor justo através do resultado:** Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro" no período em que ocorrem. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. iii. **Recebíveis:** Os recebíveis originados de contratos de seguros, tais como os saldos de prêmios a receber de segurados, são classificados pela Seguradora nesta categoria e são mensurados pelo valor do prêmio emitido. Os outros recebíveis da Seguradora compreendem as demais contas a receber, exceto os investimentos de curto prazo. Todos os recebíveis são avaliados para identificar perda de seu valor recuperável ("*Impairment*") a cada data de balanço (vide política contábil na nota explicativa nº 3.1). iv. **Ativos financeiros disponíveis para venda:** Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo (acrescido dos custos de transação diretamente incrementais) no seu reconhecimento inicial e em períodos subsequentes. Os juros de títulos de renda fixa classificados como disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado como receitas financeiras. A parcela correspondente à variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "ajustes com títulos e valores mobiliários", sendo realizada contra resultado quando da sua liquidação ou por perda considerada permanente (vide política contábil de "*Impairment*" na nota explicativa nº 3.1). v. **Determinação de valor justo de ativos:** Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em "*bid price*", também conhecido como "preço de oferta" e que representa o preço pelo qual um investidor estaria disposto a pagar por um determinado título. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Seguradora estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação, que incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Seguradora. c) **Ativos não financeiros mantidos para venda:** A Seguradora detém certos ativos mantidos para a venda que são oriundos de estoques de salvados recuperados após o pagamento de sinistros aos segurados. Estes ativos são avaliados ao valor justo, deduzidos de custos diretamente relacionados à venda dos ativos e necessários para que a titularidade do ativo seja transferida para terceiros em condições de funcionamento. As despesas que são de responsabilidade do cliente, tais como despesas de leilão do ativo, não são deduzidas do valor justo do ativo. Quando a Seguradora elabora o teste de adequação dos passivos de contratos de seguros, as recuperações estimadas de salvados são consideradas como um elemento do fluxo de caixa no teste, deduzidas do montante já constituído no ativo. d) **Ativo imobilizado de uso próprio:** O ativo imobilizado de uso próprio é utilizado para a condução dos negócios da Seguradora e compreende: imóveis de uso próprio, equipamentos, móveis, máquinas, utensílios e veículos. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico reavaliado até 31 de dezembro de 2008 (terrenos e edifícios são demonstrados pelo valor reavaliado, com base em avaliações efetuadas por peritos independentes). Este custo foi utilizado como custo atribuído na adoção dos novos CPCs como isenção opcional permitida pelo CPC 37 para a adoção inicial dos pronunciamentos contábeis. O custo do ativo imobilizado é reduzido por depreciação acumulada do ativo (exceto para terrenos, cujo ativo não é depreciado) até a data de preparação das demonstrações financeiras. O custo histórico do ativo imobilizado compreende gastos que são diretamente atribuíveis para a aquisição dos itens capitalizáveis e para que o ativo esteja em condições de uso. A depreciação é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas pela Seguradora estão divulgadas na nota explicativa nº 12. O valor residual e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, a cada data de balanço. O valor contábil de um item do ativo imobilizado é ajustado imediatamente se o seu valor recuperável é inferior ao seu valor contábil. A Administração da Seguradora considerou adequada à sua realidade a manutenção dos prazos de estimativa de vida útil anterior à aplicação das normas contábeis advindas pela lei nº 11.638/07, bem como considerou adequado não atribuir valor residual aos bens em virtude do histórico de ganhos irrelevantes no momento da alienação, troca ou descarte desses bens. e) **Ativos intangíveis: i. Softwares:** Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *softwares* identificáveis e exclusivos, controlados pela Seguradora, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos: • É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso; • O software pode ser usado; • O software gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados; • Estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar o software; e • O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados

durante sua vida útil estimada (vida útil definida), não superior a cinco anos e são alocadas as suas respectivas unidades geradoras de caixa e avaliados para "*Impairment*" periodicamente pela Seguradora. ii. **Licenças de uso de softwares adquiridas:** As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada de até cinco anos. f) **Análise de recuperabilidade de ativos financeiros e não financeiros ("*Impairment*"):** i. **Ativos financeiros avaliados ao custo amortizado (incluindo prêmios a receber de segurados):** A Seguradora avalia a cada data de balanço se há evidência de que um determinado ativo (ou grupo de ativos) classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis apresenta perda de seu valor recuperável ("*Impairment*"). Para esta análise a Seguradora utiliza diversos fatores, observáveis que incluem: • Dificuldades significativas do emissor ou do devedor; • Quebra de termos contratuais, tais como "*default*" ou não cumprimento dos pagamentos devidos pelo devedor; • É provável que o emissor ou devedor entre em falência ou concordata; • Desaparecimento de um determinado título de um mercado ativo; • Informações observáveis que indicam uma redução mensurável dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos, embora esta redução não possa ser atribuída para os ativos individualmente não significativos. Para avaliação da perda do valor recuperável de ativos financeiros classificados como empréstimos ou recebíveis, a Seguradora utiliza a metodologia de perda incorrida, que considera se existe evidência objetiva de perda de valor para ativos individualmente significativos. Se não existe evidência de que um ativo individualmente significativo apresentou perda de seu valor, a Seguradora poderia, segundo essa metodologia, incluir o ativo em um grupo de ativos de risco de crédito com características similares e acessar este ativo para avaliar o risco de perda de seu valor recuperável juntamente com os demais ativos financeiros, que serão testados em uma base coletiva. Para este cálculo coletivo, a Seguradora agrupa os ativos em uma base de características de risco de crédito (como por exemplo, *ratings* internos, indústria ou tipos de contrato de seguro, para avaliação de prêmios a receber). A Seguradora avalia periodicamente os prêmios vencidos e constitui uma provisão, de acordo com estudo atualizado semestralmente (vide nota explicativa nº 8). Estas características são relevantes para a determinação dos fluxos de caixa coletivos dos grupos avaliados. Os ativos individualmente significativos, que são avaliados para perda de seu valor recuperável em uma base individual, não são incluídos na base de cálculo coletivo. A Seguradora designa os prêmios a receber nesta categoria e os estudos econômicos de perda consideram emissões feitas em períodos anteriores, eliminando eventos de cancelamento de apólices, não diretamente associados com perdas originadas por fatores de risco de crédito, tais como: cancelamentos, baixa dos ativos por sinistros, emissões incorretas ou modificações de apólices solicitadas por corretores que resultam na baixa do ativo. Para os ativos classificados na categoria "mantidos até o vencimento", o valor da perda é avaliado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados dos ativos, descontados pela taxa efetiva de juros. Caso o ativo apresente perda, o valor é reconhecido como uma conta retificadora (uma provisão) no resultado do período. Quando o ativo for cotado em bolsa, a Seguradora utiliza o valor de mercado como valor de referência para o cálculo da redução do valor recuperável ("*Impairment*"). ii. **Ativos avaliados ao valor justo:** A Seguradora avalia a cada data de balanço se há evidência objetiva de que um ativo classificado como "disponível para a venda" apresenta evidências individuais de perda ao seu valor recuperável. No caso de investimentos em instrumentos de capital, a Seguradora avalia se há um declínio significativo ou prolongado no valor de mercado do ativo em relação ao seu custo. Caso tal evidência existir, a perda acumulada (avaliada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado atual do ativo, menos quaisquer perdas registradas previamente) é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado do período. As perdas para redução ao valor recuperável em instrumentos de capital que são registradas no resultado do período não são revertidas. Para instrumentos de dívida, as perdas com valor recuperável registradas são revertidas se o valor justo do instrumento financeiro aumentar, e se o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a data em que a perda foi inicialmente reconhecida. iii. **Ativos não financeiros:** Os ativos não financeiros que não possuem vida útil definida, como terrenos, por exemplo, não são depreciados e são testados para perda de seu valor recuperável anualmente. Ativos não financeiros sujeitos a depreciação (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados para perda quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja mais recuperável. A redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado do período para o valor contábil do ativo que exceder o valor recuperável conforme CPC 01. g) **Contratos de arrendamento mercantil ("*Leasing*"):** **Arrendamento mercantil:** Os pagamentos feitos pela Seguradora referente aos arrendamentos são reconhecidos como despesa pelo método linear pelo período de vigência do contrato. Durante o período de divulgação não existiam contratos de arrendamento mercantil vigentes. h) **Contratos de seguro e contratos de investimento - Classificação:** As principais definições das características de um contrato de seguro estão descritas no pronunciamento técnico CPC 11 - Contratos de seguros, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Além disso, a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, por meio da Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores, estabeleceu critérios para identificação de um contrato de seguro. Nesse contexto, a Administração procedeu às devidas análises dos contratos emitidos com base nas normas supracitadas e não identificou contratos classificados como contratos de investimento. Adicionalmente, a Seguradora contrata prestadores de serviço, tais como: chapeiros, assistência 24 horas, vidros, etc. que são avaliados para fins de classificação de contratos, sendo classificados como contratos de seguro quando há transferência significativa de risco de seguro entre as contrapartes no contrato. Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro do CPC 11. i) **Avaliação de ativos e passivos originados de contratos de seguro e resseguro: i. Avaliação de ativos de contratos de resseguro:** Os ativos de resseguro são representados por valores a receber de resseguradores de curto e longo prazo, dependendo do prazo esperado de realização (ou recebimento) desses ativos junto aos resseguradores. Os ativos de resseguro são avaliados consistentemente com os saldos associados com os passivos de seguro que foram objeto de resseguro e conforme os termos e condições de cada contrato. Os passivos a serem pagos a resseguradores são compostos substancialmente por prêmios pagáveis em contratos de resseguro. Quaisquer ganhos ou perdas originadas na contratação inicial de resseguro são amortizados durante o período de expiração do risco dos contratos. ii. **Passivos de contratos de seguro:** A Seguradora utilizou as diretrizes da Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores, para avaliação dos contratos de seguro e conversão das demonstrações financeiras. A Seguradora não aplicou os princípios de Contabilidade Reflexa (ou "*Shadow Accounting*"), já que não possui contratos cuja avaliação dos passivos, ou benefícios aos segurados, sejam impactados por ganhos ou perdas não realizados de títulos classificados como disponíveis para a venda, segundo o CPC 38, que são registrados em reserva do patrimônio líquido. Adicionalmente, a Seguradora não identificou situações em que tenha utilizado excesso de prudência, conforme definido pelo CPC 11, na avaliação de contratos de seguro, segundo as práticas contábeis brasileiras anteriormente aplicadas. A Seguradora não identificou provisões para catástrofes não permitidas na data de adoção do CPC 11. j) **Provisões técnicas - seguros:** As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguros, segundo as práticas contábeis no Brasil, são constituídas de acordo com as determinações do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais - NTA. Os Custos de Aquisição Diferidos são constituídos pelas parcelas dos custos na obtenção de contratos de seguros, cujo período do risco ainda não decorreu e são apropriadas ao resultado proporcionalmente ao prazo decorrido. São considerados como custos de aquisição diferidos as comissões de seguros angariados. O prazo de diferimento dos custos de aquisição obedece ao risco de vigência dos contratos de seguros. A Provisão de Prêmios Não Ganhos - PPNG é calculada "pró-rata" dia, com base nos prêmios emitidos e tem por objetivo provisionar a parcela de prêmios correspondente ao período de risco a decorrer na data-base de cálculo. A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes Não Emitidos - PPNG-RVNE é estimada com base em cálculos atuariais através da utilização de triângulos de "*run-off*" de prêmios emitidos, onde é possível captar a defasagem entre a vigência do risco e a emissão do prêmio. Assim, essa provisão indica o nível de prêmios não ganhos, referente aos riscos vigentes, assumidos pela Seguradora, porém ainda não emitidos. A Provisão Complementar de Cobertura - PCC deve ser constituída, quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos - TAP. A Provisão de Sinistros a Liquidar - PSL é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar ao segurado, realizada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, em valor considerado suficiente para fazer face aos compromissos futuros. Esta provisão é reavaliada no decorrer do processo até a liquidação ou encerramento do processo. A Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados - IBNR representa o montante esperado de sinistros ocorridos e não avisados até a data-base das demonstrações financeiras. A metodologia de cálculo utilizada contempla e destaca a parcela da Provisão de Sinistros Ocorridos Não Suficientemente Avisados - IBNER, provisão adicional à Provisão de Sinistros a Liquidar, que tem como objetivo estimar os valores dos ajustes que os sinistros a liquidar sofrerão até o seu encerramento. Esta provisão é calculada com técnicas estatísticas e atuariais com base no desenvolvimento histórico dos sinistros. A Provisão de Despesas Relacionadas - PDR abrange todas as despesas relacionadas à liquidação de indenizações, em função de sinistros ocorridos, avisados ou não. k) **Passivos financeiros:** As obrigações a pagar são inicialmente reconhecidas ao valor justo. Quaisquer efeitos significativos de ajuste a valor presente são reconhecidos segundo o método da taxa efetiva de juros até a data de liquidação, quando o efeito do ajuste a valor presente é material. Para este cálculo, em casos onde os passivos financeiros não possuem uma taxa de juros pré-determinada (ou explícita no contrato), a Seguradora utiliza uma taxa de mercado similar à taxa de juros de referência, que seria similar a cobrada por uma instituição bancária para financiamento ou compra de um ativo similar, considerando, inclusive, o risco de crédito da Seguradora para este propósito. l) **Teste de adequação dos passivos - TAP:** A Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores, institui o Teste de Adequação de Passivos (TAP) para fins de elaboração das demonstrações financeiras e define regras de procedimentos para a sua realização. Segundo esta Circular, a Seguradora deve avaliar, a cada data base, se o seu

passivo está adequado, utilizando estimativas correntes de fluxos de caixa futuros de seus contratos de seguro. Se essa avaliação mostrar que o valor das provisões técnicas constituídas para os contratos de seguros vigentes, descontados dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas, está inadequado em relação aos fluxos de caixa futuros estimados, esta deficiência que poderá ser líquida da parcela correspondente à diferença entre o valor de mercado e o valor do registro contábil, na data-base, dos títulos vinculados em garantia das provisões técnicas, registrados contabilmente no seu ativo na categoria "mantido até o vencimento", e que sejam utilizados como base de apuração do cálculo de excedentes financeiros deve ser reconhecida na PCC ou em qualquer outra provisão que venha a substituí-la. O TAP foi elaborado bruto de resseguro, e para a sua realização a Seguradora considerou a segmentação estabelecida pela Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores, ou seja, entre seguros de danos e seguros de pessoas. Os fluxos de caixa foram estimados em periodicidade trimestral, e a sua preparação levou em consideração a estimativa de prêmios, sinistros e despesas mensurados, descontados pela relevante estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), com base na metodologia proposta pela SUSEP, usando o modelo de Svensson para interpolação e extrapolação das curvas de juros, e o uso de algoritmos genéticos, em complemento aos algoritmos tradicionais de otimização não linear, para a estimação dos parâmetros do modelo. Depois de finalizado o Estudo Atuarial do Teste de Adequação de Passivos da Seguradora, concluiu-se que o seu passivo por contrato de seguro está adequado, não sendo necessário o ajuste das provisões técnicas constituídas, deduzida dos custos de aquisição diferidos e dos ativos intangíveis diretamente relacionados às provisões técnicas, visto que estas se mostraram superiores aos valores estimados dos fluxos de caixa, os quais foram elaborados em conformidade com os parâmetros mínimos estabelecidos pela Circular SUSEP nº 648/21 e alterações posteriores. m) **Outras provisões, ativos e passivos contingentes:** A Seguradora reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um evento passado, quando é provável que o pagamento de recursos deverá ser requerido para liquidar a obrigação, e quando a estimativa pode ser feita de forma confiável para a provisão. Quando alguma destas características não é atendida, a Seguradora não reconhece uma provisão. As provisões são ajustadas a valor presente quando o efeito do desconto a valor presente é material. A Seguradora constitui provisões em garantia de desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso de natureza cível, fiscal e trabalhista. Elas são constituídas a partir de uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Seguradora, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando num desembolso futuro. Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando existem garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os tributos cujo exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal". As obrigações legais (fiscais e previdenciárias) decorrem de processos judiciais relacionados às obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras e são atualizados monetariamente de acordo com a legislação fiscal (taxa SELIC). Os passivos contingentes de processos de sinistros e cíveis são atualizados pela Tabela Prática do Tribunal de Justiça de São Paulo e os trabalhistas pela Tabela Prática do TRT da 2ª região de São Paulo. n) **Capital social:** As ações emitidas pela Seguradora são classificadas como um componente do patrimônio líquido quando a Seguradora não possui a obrigação de transferir caixa ou outros ativos para terceiros. o) **Políticas contábeis para reconhecimento de receitas e despesas: i. Reconhecimento de prêmio emitido de contratos de seguro:** As receitas e custos relacionados aos contratos de seguro são reconhecidos proporcionalmente ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices. O Imposto sobre Operações Financeiras - IOF a recolher, incidente sobre os prêmios a receber, é registrado no passivo da Seguradora e é retido e recolhido simultaneamente ao recebimento do prêmio. ii. **Receita de juros e dividendos recebidos:** As receitas de juros de instrumentos financeiros, incluindo as receitas de juros de instrumentos avaliados ao valor justo através do resultado, são reconhecidas no resultado do período segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido como resultado de perda do seu valor recuperável ("*Impairment*"), a Seguradora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa efetiva de juros, e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado do exercício. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são diferidos para apropriação no resultado no mesmo prazo do parcelamento dos correspondentes prêmios de seguros. As receitas de dividendos de investimentos em ativos financeiros representados por instrumentos de capital (ações) são reconhecidas no resultado quando o direito a receber o pagamento do dividendo é estabelecido. iii. **Benefícios a empregados: Obrigações de curto prazo:** As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o respectivo serviço é prestado. **Obrigações por aposentadorias:** As obrigações por contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados aos empregados. **Outros benefícios de curto prazo:** Outros benefícios de curto prazo, tais como: seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. **Benefícios pós-emprego:** A Seguradora não possui qualquer política ou programa de benefícios classificados em benefícios de longo prazo com benefício pós-emprego. p) **Imposto de renda e contribuição social:** A despesa de imposto de renda e contribuição social dos períodos reportados inclui as despesas de impostos correntes e os efeitos de impostos diferidos. A Seguradora reconhece no resultado do período os efeitos dos impostos de renda e contribuição social, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, onde nestes casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido. Os impostos correntes são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes ou substancialmente vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. O imposto de renda corrente é calculado à alíquota-base de 15%; mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável anual acima de R\$ 240 por exercício. O Governo Federal editou em 30 de agosto de 2022, a Medida Provisória Nº 1.115/22, convertida na Lei Nº 14.446/2022 de 2 de setembro de 2022, aumentando a alíquota da contribuição social sobre o lucro de 15% para 16% a partir de 01 de agosto de 2022, sendo que tal alteração será válida até 31 de dezembro de 2022, retornando a alíquota de 15% a partir de 01 de janeiro de 2023. A provisão para contribuição social foi constituída à alíquota de 15% até julho/2022, e 16% a partir de agosto de 2022, (vide nota explicativa nº 18.9.). É constituída provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias e reserva de reavaliação de bens do ativo imobilizado (terrenos e edifícios), cujo montante será transferido para impostos a pagar, no passivo circulante, quando da realização ou baixa desses ativos. Os impostos diferidos são reconhecidos utilizando-se o método dos passivos (ou "*liability method*") segundo o CPC 32) sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos destes ativos e passivos. As taxas utilizadas para constituição de impostos diferidos são as taxas vigentes na data de preparação do balanço patrimonial. Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite em que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis.

#### 4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. i. **Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros:** O passivo de seguros da Seguradora é o componente onde a Administração mais utiliza estimativas e julgamentos, pois existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados. A Seguradora utiliza as fontes de informação internas e externas disponíveis, tais como: sua experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários sobre o cálculo da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Conseqüentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. A Seguradora divulga análises de sensibilidade para estas premissas na nota explicativa nº 5.1. ii. **Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências tributárias, cíveis e trabalhistas:** A Seguradora possui processos judiciais fiscais, cíveis e trabalhistas em aberto na data de preparação das demonstrações financeiras, estes registros estão amparados pela opinião do departamento jurídico da Seguradora e de seus consultores legais externos. O processo utilizado pela Administração para a contabilização e construção das estimativas contábeis, leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, evolução dos processos e status (ou instância) de julgamento de cada caso específico. Adicionalmente, a Seguradora utiliza seu melhor julgamento sobre estes casos, com base em informações históricas de perdas onde existe alto grau de julgamento aplicado para a constituição destas provisões. iii. **Cálculo de valor justo de ativos financeiros:** Conforme requerido pelo CPC 38, a Seguradora aplica as regras de avaliação do valor justo de instrumentos financeiros designados nas categorias "disponíveis para venda", ativo "mensurados ao valor justo através do resultado" e "mantidos para negociação". Nesse processo a Seguradora estabelece metodologias de avaliação de valor justo com base em dados diretamente observáveis ou não observáveis no mercado. Essas metodologias empregam alto grau de julgamento na seleção de variáveis e modelagens para estabelecimento de valor justo de determinados instrumentos não cotados em um mercado ativo. A Seguradora divulga na nota explicativa nº 5.3., informações requeridas pelo CPC 39 quanto à metodologia e níveis de classificação dos instrumentos segundo fatores observáveis no mercado. iv. **Estimativas utilizadas para avaliação de créditos tributários:** Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Esta é uma área que requer a utilização de alto grau de julgamento da Administração na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade e determinação de horizonte de geração de lucros futuros tributáveis. Essa estimativa é divulgada na nota explicativa nº 9.



★ continuação

## INDIANA SEGUROS S.A. - C.N.P.J. nº 61.100.145/0001-59

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## 5. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Seguradora, de forma geral, está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros: • Risco de seguro/subscrição; • Risco financeiro/liquidez; • Risco de mercado; • Risco de crédito; e • Risco operacional. A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações gerais sobre estas exposições, bem como os critérios adotados pela Seguradora na gestão e redução de cada um dos riscos acima mencionados. A Seguradora dispõe de uma estrutura de gerenciamento de riscos que é composta por princípios, políticas responsabilidades, procedimentos e ações internas. A Administração considera essa estrutura compatível com a natureza e complexidade dos produtos, serviços, processos e sistemas da Seguradora. **Estrutura de gerenciamento de risco:** Para proporcionar um adequado ambiente de identificação e avaliação dos riscos, a Seguradora dispõe das áreas de Auditoria Interna, Comitê de Auditoria, *Compliance* e Gestão de riscos responsáveis por controles internos, SOX, *compliance* e normas. Em atendimento à Resolução CNSP nº 321/15, a Indiana Seguros aderiu ao Comitê de Auditoria instituído por sua controladora HDI Seguros S.A.. O objetivo principal do Comitê é fornecer suporte independente à Administração, quanto à sua avaliação do ambiente de controles internos voltados à transparência e integridade das demonstrações financeiras, e ao cumprimento de leis e regulamentos. O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 da HDI Seguros S.A. Para administrar os riscos aos quais a Seguradora está exposta, são efetuados periodicamente comitês de precificação e de reservas de sinistros, sendo que para a gestão do risco de crédito a Seguradora dispõe de diversos mecanismos gerenciais, tais como: relatórios de monitoramento de índices de inadimplência. **5.1. Gestão de risco de seguro:** Como parte de sua política de gestão de riscos, a Seguradora possui critérios de aceitação e de precificação específicos para cada linha de negócio, que buscam minimizar riscos de anti-seleção e garantir um nível de rentabilidade adequado frente aos riscos assumidos. O Departamento Atuarial junto às áreas de subscrição da Seguradora, além de monitorar a adequação de preços de suas principais linhas de negócio, desenvolve modelos e políticas de precificação que permitem à Seguradora diferenciar de forma mais justa os preços cobrados de cada um de seus clientes. Além disso, por meio de seu Departamento de Resseguros, a Seguradora busca assegurar o equilíbrio adequado dos seus limites de retenção, de modo a mitigar os riscos assumidos nas diferentes linhas de negócio, avaliando os melhores tipos de contratos e considerando a posição do parceiro ressegurador na escala de classificação de risco, calculadas pelas mais renomadas agências internacionais. A cobertura de prêmio e resseguro por área geográfica está evidenciada na nota explicativa nº 18.1. A tabela a seguir apresenta nossa exposição máxima ao risco para nossos principais segmentos de seguro:

Modalidade	31/12/2023			31/12/2022		
	Exposição máxima ao risco de seguro (a)		Quantidade de segurados/ itens	Exposição máxima ao risco de seguro (a)		Quantidade de segurados /itens
	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro		Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro	
Automóvel	4.206	4.150	55.300	3.313	3.269	43.557
Rural	8.558	7.450	53.924	9.110	7.931	57.402
Patrimonial	232.901	209.893	38.694	192.658	173.625	32.008
Demais ramos	127	127	1.259	72	72	711
<b>Total</b>	<b>245.792</b>	<b>221.620</b>	<b>149.177</b>	<b>205.153</b>	<b>184.897</b>	<b>133.678</b>

(a) Esses montantes representam os valores máximos indenizáveis, em caso de sinistros cobertos, para cada um dos riscos emitidos e vigentes nas respectivas datas-bases. Tais valores são calculados por meio da soma das Importâncias Seguradas de coberturas mutualmente exclusivas, ou seja, no caso de um seguro patrimonial, não se soma a Importância Segurada de Roubo de Bens, quando existe para o mesmo risco uma cobertura de incêndio para prédio e conteúdo. A Seguradora realiza testes de sensibilidade para demonstrar como seriam afetados o resultado e o patrimônio líquido, caso ocorram alterações razoavelmente possíveis nas seguintes variáveis: • Sinistralidade - simulação do efeito de uma elevação de 5 pontos percentuais na sinistralidade; • Despesas administrativas - simulação do aumento de 10% nas despesas administrativas. Para a elaboração do teste foram utilizadas, respectivamente, a sinistralidade apurada na relação entre os sinistros retidos e os prêmios ganhos, e o montante de despesas administrativas, ambos registrados nos últimos 12 meses contados a partir de cada uma das datas-bases apresentadas. A tabela abaixo apresenta os resultados brutos e líquidos de resseguros, considerando as respectivas premissas:

I) Auto	Impactos no resultado e no patrimônio líquido			
	31/12/2023		31/12/2022	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Premissas				
Aumento de 5 pontos percentuais na sinistralidade apurada	(4.264)	(3.519)	(3.911)	(3.391)
Aumento de 10% nas despesas administrativas	(442)	(442)	(437)	(437)
Redução de 5% nas despesas de comercialização	201	201	191	191
Aumento da inflação em 2% nas despesas de comercialização	(80)	(80)	(77)	(77)
Redução da inflação em 2% nas despesas administrativas	88	88	87	87
<b>Total</b>	<b>(4.497)</b>	<b>(3.752)</b>	<b>(4.145)</b>	<b>(3.626)</b>

II) Danos - exceto Auto	Impactos no resultado e no patrimônio líquido			
	31/12/2023		31/12/2022	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Premissas				
Aumento de 5 pontos percentuais na sinistralidade apurada	(10.433)	(8.576)	(9.610)	(8.443)
Aumento de 10% nas despesas administrativas	(1.376)	(1.376)	(1.386)	(1.386)
Redução de 5% nas despesas de comercialização	1.801	1.801	1.819	1.819
Aumento da inflação em 2% nas despesas de comercialização	(720)	(720)	(728)	(728)
Redução da inflação em 2% nas despesas administrativas	275	275	277	277
<b>Total</b>	<b>(10.453)</b>	<b>(8.596)</b>	<b>(9.627)</b>	<b>(8.461)</b>

III) Vida	Impactos no resultado e no patrimônio líquido			
	31/12/2023		31/12/2022	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Premissas				
Aumento de 5 pontos percentuais na sinistralidade apurada	(4)	(4)	(49)	(49)
Aumento de 10% nas despesas administrativas	(12)	(12)	(34)	(34)
Redução de 5% nas despesas de comercialização	16	16	13	13
Aumento da inflação em 2% nas despesas de comercialização	(6)	(6)	(5)	(5)
Redução da inflação em 2% nas despesas administrativas	2	2	7	7
<b>Total</b>	<b>(4)</b>	<b>(4)</b>	<b>(68)</b>	<b>(68)</b>

A Seguradora demonstra nos quadros abaixo a composição de prêmios cedidos em resseguro em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Ramo	Prêmios emitidos		Prêmios cedidos em resseguro líquido de recuperação de comissões (a)		% Ressegurado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
	Rural	94.794	129.505	535	3.970	1%
Automóvel	92.931	79.174	14.897	10.398	16%	13%
Patrimonial	72.567	61.427	24.751	16.466	34%	27%
Transportes	38.777	39.343	4.751	1.680	12%	4%
Demais Ramos	25.120	18.393	7.100	1.214	28%	7%
Vida	43	-	1	-	2%	0%
<b>Total</b>	<b>324.232</b>	<b>327.842</b>	<b>52.035</b>	<b>33.728</b>	<b>16%</b>	<b>10%</b>

a) A tabela abaixo apresenta a discriminação dos resseguradores:

Ressegurador	Classe	Categoria de Risco (*)	Prêmio cedido		% cedido	
			31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Liberty Mutual Insurance Company	Eventual	A	4.093	7.008	8%	21%
Catlin Re Switzerland Ltd	Admitida	A+	-	1.008	0%	3%
Lloyd'S	Eventual	A+	189	395	0%	1%
Odyssey Reinsurance Company	Eventual	A	207	-	0%	0%
HANNOVER RUCKVERSICHERUNG AG	Admitida	AA-	9.143	-	18%	0%
IRB Brasil Resseguros S/A	Local		4.249	10.777	8%	32%
Munich Re Do Brasil Resseguradora S.A.	Local		15.847	13.550	31%	40%
AXA XL Resseguros S.A.	Local		-	660	0%	2%
Austral Resseguradora S/A	Local		16.384	212	31%	1%
Swiss Re Brasil Resseguros S.A.	Local		1.310	118	3%	0%
Mapfre Re do Brasil Cia de Resseguro	Local		613	-	1%	0%
<b>Total</b>			<b>52.035</b>	<b>33.728</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

(\*) A Seguradora utiliza como fonte para classificação de categoria de risco o site da autarquia SUSEP.

Abaixo demonstramos as provisões técnicas de resseguro:

Ramo	Ativos de resseguro											
	PPNG		PPNG-RVNE		PSL / PDR		IBNR		IBNER		Total	
	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22	31/12/23	31/12/22
Automóvel	21.284	18.511	22	22	1.965	1.598	50	33	100	12	23.421	20.176
Patrimonial	19.024	11.302	-	-	7.050	6.787	929	-	1.018	-	28.021	18.089
Demais Ramos	6.206	846	-	-	2.002	2	-	-	-	-	8.208	848
Transportes	3.204	1.261	-	-	-	512	-	-	-	-	3.204	1.773
Rural	1.723	4.315	305	284	1.112	1.433	494	339	214	41	3.848	6.412
Vida	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-
<b>Total</b>	<b>51.443</b>	<b>36.235</b>	<b>327</b>	<b>306</b>	<b>12.129</b>	<b>10.332</b>	<b>1.473</b>	<b>372</b>	<b>1.332</b>	<b>53</b>	<b>66.704</b>	<b>47.298</b>

**5.2. Gestão de riscos financeiros e liquidez:** A Seguradora está exposta a riscos financeiros associados à sua carteira de aplicações. Para mitigar os riscos financeiros significativos, a Seguradora utiliza uma abordagem ativa de gestão de ativos e passivos e leva em consideração a estrutura e classes dos passivos, requerimentos regulatórios no Brasil e o ambiente econômico onde os negócios são conduzidos e os ativos financeiros são investidos. A gestão de riscos financeiros compreende a gestão do risco de mercado, liquidez e de crédito. A política de gestão de riscos da Seguradora tem como princípio assegurar que limites apropriados de risco sejam seguidos para evitar que perdas decorrentes de oscilações de preços venham a impactar os resultados de forma adversa. Desta forma, para mitigação do risco, a Seguradora possui uma estratégia conservadora de alocação de ativos, composta em sua maioria por títulos públicos e títulos privados de alta liquidez. O Grupo Liberty tem uma política de investimentos acordada com cada país onde são determinados os limites para correta gestão e mitigação dos riscos. Esta política de investimentos compreende os principais critérios e restrições de acordo com a regulação local e também de acordo com a política mundial do Grupo Liberty para investimentos. A tabela a seguir apresenta todas as classes de ativos financeiros e contratos de seguro detidos pela Seguradora e seus passivos, por vencimento:

Composição da carteira	Ativos de resseguro			
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Saldo contábil 31/12/2023	Saldo contábil 31/12/2022
<b>Ativos financeiros e ativos de contratos de seguro</b>				
- Disponíveis para venda				
Ativos pré-fixados				
Públicos	219.223	204.458	423.681	294.499
Ativos pós-fixados				
Públicos	5.051	-	5.051	-
Privados	13.002	40.286	53.288	115.665
Fundos de Investimento	-	7.003	7.003	-
Fundos e reservas retidos pelo IRB	53	-	53	53
- Recebíveis				
Prêmios a receber de segurados	113.750	49	113.799	103.098
Valores a receber de operações com seguradoras e resseguradoras	11.561	-	11.561	22.943
Outros créditos operacionais	6.564	-	6.564	3.648
- Ativos de resseguro	43.197	23.507	66.704	47.298
- Títulos e créditos a receber	178	-	178	1.882
- Outros créditos	199	-	199	199
- Outros valores e bens	466	-	466	869
- Depósitos judiciais e fiscais	-	237.953	237.953	218.974
- Disponível (vide nota explicativa nº 6)	4.606	-	4.606	13.253
<b>Total de ativos financeiros e ativos de contratos de seguro</b>	<b>417.850</b>	<b>513.256</b>	<b>931.106</b>	<b>822.381</b>
<b>Passivos</b>				
Contas a pagar	12.781	2.541	15.322	8.219
Débitos de operações com seguros e resseguros	56.020	13	56.033	52.718
Provisões técnicas - seguros	291.234	159.906	451.140	406.069
Outros débitos - provisões judiciais	-	244.056	244.056	221.786
<b>Total dos passivos</b>	<b>360.035</b>	<b>406.516</b>	<b>766.551</b>	<b>688.792</b>

Embora haja um descaimento no fluxo de caixa, entre o ativo e passivo circulante, os ativos financeiros da Seguradora classificados como disponíveis para venda, cujo vencimento é acima de um ano, tem liquidez imediata. **5.3. Gestão de risco de mercado:** A Seguradora possui como política de gestão de risco financeiro, a contratação de produtos financeiros prontamente disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras e com uma política prudente de gestão de risco de liquidez. O CPC 39 requer a divulgação por nível, relacionada à mensuração do valor justo. A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue: *Nível 1:* preços cotados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos; *Nível 2:* *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); *Nível 3:* *inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Ativos financeiros disponíveis para venda (*)	31/12/2023			31/12/2022		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Títulos de renda fixa						
Letras financeiras do tesouro - LFT	5.051	-	5.051	-	-	-
Letras do tesouro nacional - LTN	220.042	-	220.042	97.717	-	97.717
Notas do tesouro nacional - NTN - Série F	203.639	-	203.639	196.782	-	196.782
Títulos privados						
Fundos de Investimento - não exclusivos	7.003	-	7.003	-	-	-
CDBs (**)	-	13.002	13.002	-	75.414	75.414
Debêntures (***)	-	40.286	40.286	-	40.251	40.251
Fundos e reservas retidos pelo IRB	-	53	53	-	53	53
<b>Total dos ativos financeiros</b>	<b>435.735</b>	<b>53.341</b>	<b>489.076</b>	<b>294.499</b>	<b>115.718</b>	<b>410.217</b>

(\*) A Seguradora não detém ativos financeiros classificados de acordo com o Nível 3. (\*\*) O emissor do CDBs é o Itaú. (\*\*\*) Os emissores de Debêntures são Petrobras, Eletrobrás, Suzano e Klabin.

A Seguradora utiliza uma série de análises de sensibilidade e testes de *stress* como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados destas análises são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido da Seguradora em condições normais e em condições de *stress*. Esses testes levam em considerações os cenários históricos e cenários de condições de mercado previsto para períodos futuros, e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão, e também para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Seguradora. Para a correta análise de sensibilidade e dos testes de *stress* utilizamos a metodologia do VaR, que pode ser resumida como a medida de quanto uma carteira de investimento poderá depreciar durante certo horizonte de tempo, com certa probabilidade. A grande motivação para o uso do conceito de VaR é que este integra o risco de todo o ativo/passivo em uma única medida numérica, resumindo o risco total, por exemplo, de um banco para acompanhamento por sua diretoria. A grande deficiência do conceito de VaR é que risco é um conceito multidimensional, logo a integração do risco total de uma instituição em uma única medida numérica requer simplificações. Na política de investimentos, utiliza-se o método VaR para o cálculo do risco, que é calculado em dias úteis e com 95% de intervalo de confiança. Nas análises trabalha-se com um VaR globalizado máximo de 0,5% sendo que os valores atuais, gerados através do teste de *stress*, está em 0,41%. A tabela a seguir apresenta o teste de sensibilidade, que leva em consideração a melhor estimativa da Administração sobre uma razoável mudança esperada destas variáveis e impactos potenciais sobre o resultado do exercício e sobre o patrimônio líquido da Seguradora:

Ativos financeiros	Disponíveis para venda	31/12/2023	31/12/2022	Variação		Impactos no resultado e no patrimônio líquido		
				Premissa	%	31/12/2023	%	31/12/2022
Pré-fixado	423.681	294.499	Taxa de juros pré-fixada	10,0%	(3.808)	-0,9%	(2.376)	-0,8%
Pós-fixado	58.339	115.665	Taxa Selic	10,0%	(786)	-1,3%	(1.673)	-1,4%
Fundos	7.003	-		0,0%	-	0,0%	-	0,0%
IRB	53	53	Não há	0,0%	-	0,0%	-	0,0%
<b>Total</b>	<b>489.076</b>	<b>410.217</b>			<b>(4.594)</b>	<b>-0,9%</b>	<b>(4.049)</b>	<b>-1,0%</b>

**5.4. Gestão de risco de crédito:** A Seguradora possui uma rigorosa política de risco de crédito para aquisição de seus ativos financeiros. Consequentemente, existem certas restrições sobre as áreas operacionais para limitar a exposição ao risco de crédito em casos de ativos emitidos por contrapartes, caso estas contrapartes não possuam *rating* de crédito igual ou superior àqueles estabelecidos na política. O saldo de contas a receber está distribuído entre diversos clientes e não existe um cliente que represente concentração de 10% ou mais do total dos prêmios líquidos, nem do saldo a receber. A Administração monitora o risco do saldo a receber de clientes mediante o registro de provisão para perda sobre créditos, apurada de acordo com um estudo de inadimplência que determina, por faixa de vencimento e por grupo de risco (exemplo: Automóveis, vida em grupo etc.), um percentual estimado de perda para as apólices vencidas. O estudo é atualizado semestralmente. Vide nota explicativa nº 8. A política de investimentos da Seguradora apresenta as seguintes premissas: preservação do capital, a maximização de retorno dentro dos limites da prudência, liquidez, cobertura de reserva, margens de solvência e desempenho estável e previsível. Seguindo a política de investimentos, a Administração estabelece as instituições financeiras com as quais a Seguradora pode operar, os limites de alocação de recursos e os objetivos. A Seguradora adota o critério de aplicar seus recursos em instituições sólidas, cuja classificação de risco esteja entre "AAA" até "BB-", ou seja, bancos que apresentam solidez financeira de excepcional até adequada. A aplicação de recursos da Seguradora se dá através da compra direta de ativos financeiros, como títulos públicos e privados e quotas de fundos de investimentos, buscando uma rentabilidade próxima à variação do CDI, em investimentos com alta liquidez e segurança. Apresentamos abaixo um quadro contendo a segregação dos ativos constantes na carteira de investimentos pelos seus respectivos *ratings* de escala internacional da *Standard & Poor's*. Para os títulos que não possuem *rating* em escala internacional, foi utilizada a escala nacional de classificação, também divulgadas pela *Standard & Poor's*.

Composição da carteira por classe e por categoria contábil	Escala Internacional								Sem rating	Saldo contábil 31/12/2023	Saldo contábil 31/12/2022
	AA-	A+	A	BBB-	BB+	BB	BB-	BB-			
<b>Ativos financeiros e ativos de contratos de seguro</b>											

→ continuação

## INDIANA SEGUROS S.A. - C.N.P.J. nº 61.100.145/0001-59

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## 7. ATIVOS FINANCEIROS

A composição dos títulos classificados como disponíveis para venda, comparando seu valor de mercado com o seu valor de curva, está representada no quadro abaixo:

	31/12/2023				31/12/2022				Taxa de juros
	Investimento atualizado	Ajuste de mercado	Valor de mercado	%	Investimento atualizado	Ajuste de mercado	Valor de mercado	%	
<b>Ativos financeiros disponíveis para venda</b>									
Títulos de renda fixa									
Letras financeiras do tesouro - LFT									
	5.052	(1)	5.051	1,0%	-	-	-	0,0%	Selic
Letras do tesouro nacional - LTN									
	220.242	(200)	220.042	45,0%	104.070	(6.353)	97.717	23,8%	Pré-fixado (TIR)
Notas do tesouro nacional - NTN - Série F									
	208.169	(4.530)	203.639	41,6%	216.224	(19.442)	196.782	48,0%	Pré-fixado (TIR)
Títulos privados									
Fundos de Investimento									
	7.003	-	7.003	1,4%	-	-	-	0,0%	Pós-fixado
CDBs									
	13.014	(12)	13.002	2,7%	75.414	-	75.414	18,4%	Pós-fixado
Debêntures									
	39.312	974	40.286	8,2%	39.289	962	40.251	9,8%	Pré-fixado
Fundos e reservas retidos pelo IRB									
	53	-	53	0,0%	53	-	53	0,0%	
<b>Total</b>	<b>492.845</b>	<b>(3.769)</b>	<b>489.076</b>	<b>100%</b>	<b>435.050</b>	<b>(24.833)</b>	<b>410.217</b>	<b>100%</b>	
	Circulante		244.332		Circulante		84.931		
	Não Circulante		244.744		Não Circulante		325.286		
	<b>Total</b>		<b>489.076</b>		<b>Total</b>		<b>410.217</b>		

O valor de mercado das quotas de fundos de investimento financeiro não exclusivos foi apurado com base nos valores de quotas divulgados pelos administradores dos fundos de investimento nos quais a Seguradora aplica seus recursos, e dos CDBs foi apurado com base no percentual da taxa de mercado contratada (CDI). O valor de mercado dos demais títulos classificados como "disponíveis para venda" foi calculado com base no "Preço Unitário de Mercado" em 31 de dezembro de 2023 e 2022, informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. Durante o exercício, não houve reclassificações entre as categorias de títulos e valores mobiliários. Demonstramos abaixo a movimentação das aplicações financeiras entre 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2023:

Ativos financeiros disponíveis para venda	31/12/2022	Aplicações		Resgates		Rendimentos / Variação ajuste		31/12/2023
		aplicadas	resgatadas	atualizações	de mercado			
Títulos de renda fixa								
Letras financeiras do tesouro - LFT								
	-	4.998	-	54	(1)	5.051		
Letras do tesouro nacional - LTN								
	97.717	132.238	(32.422)	16.356	6.153	220.042		
Notas do tesouro nacional - NTN - Série F								
	196.782	-	(24.305)	16.250	14.912	203.639		
Títulos privados								
Fundos de Investimento - não exclusivos								
	-	7.000	-	3	-	7.003		
CDBs								
	75.414	35.400	(102.423)	4.623	(12)	13.002		
Debêntures								
	40.251	-	(5.627)	5.650	12	40.286		
Fundos e reservas retidos pelo IRB (vide nota explicativa nº 15.1)								
	53	-	-	-	-	53		
<b>Total</b>	<b>410.217</b>	<b>179.636</b>	<b>(164.777)</b>	<b>42.936</b>	<b>21.064</b>	<b>489.076</b>		

## 8. PRÊMIOS A RECEBER

Detalhamento de prêmios a receber por ramo

Ramo	31/12/2023	31/12/2022	Prazo médio de parcelamento
Automóvel	22.765	19.063	4 meses
Demais ramos	9.002	5.916	1 mês
Rural	52.573	64.277	1 mês
Transportes	18.035	9.193	1 mês
Vida em Grupo	36	-	1 mês
Patrimonial	14.532	8.281	1 mês
<b>Subtotal</b>	<b>116.943</b>	<b>106.730</b>	
(-) Redução ao valor recuperável	(3.144)	(3.632)	
<b>Total</b>	<b>113.799</b>	<b>103.098</b>	
Circulante	113.750	103.049	
Não circulante	49	49	
<b>Total</b>	<b>113.799</b>	<b>103.098</b>	

Os prêmios a receber contemplam os prêmios de emissão direta e cosseguro aceito.

O quadro abaixo demonstra a movimentação do saldo de prêmios a receber entre 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2023:

Prêmios pendentes em 31 de dezembro de 2022	103.098
(+) Prêmios emitidos líquidos (*)	348.756
(+) Receita adicional de fracionamento	536
(-) Recebimentos	(342.109)
(+/-) IOF Líquido	247
(+/-) RVNE	2.783
(+/-) Redução ao valor recuperável	488
<b>Prêmios pendentes em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>113.799</b>

(\*) Foram considerados os prêmios diretos, atualização monetária e baixa de apólices incobráveis.

## 8.1. Composição quanto ao prazo de vencimento

Aging	Vencidos	À vencer	31/12/2023	31/12/2022
1 a 60 dias + RVNE (*)	18.229	56.690	74.919	76.279
61 a 120 dias	331	24.842	25.173	18.257
121 a 180 dias	171	9.778	9.949	7.774
181 a 365 dias	230	6.429	6.659	4.013
Acima de 365 dias	194	49	243	407
<b>Subtotal</b>	<b>19.155</b>	<b>97.788</b>	<b>116.943</b>	<b>106.730</b>
(-) Redução ao valor recuperável	(3.144)	-	(3.144)	(3.632)
<b>Total</b>	<b>16.011</b>	<b>97.788</b>	<b>113.799</b>	<b>103.098</b>

(\*) O saldo de RVNE no montante de R\$ 9.489 (R\$ 6.707 em 2022) foi alocado na coluna "À vencer - 1 a 60 dias".

Os prêmios de cosseguro aceito vencidos correspondem a um total de R\$ 1.037, sendo que acima de 180 dias temos R\$ 13, para estes valores temos estudos técnicos de Redução ao Valor a Recuperar sem indícios de probabilidades de inadimplência.

## 9. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos e tributos a compensar em 31 de dezembro de 2023 e 2022, referem-se a:

	31/12/2023	31/12/2022		
<b>Ativo</b>				
Tributos a compensar	929	-		
Tributos retidos na fonte	32	32		
Antecipações de IRPJ e CSLL	977	1.894		
<b>Total circulante</b>	<b>1.938</b>	<b>1.926</b>		
Imposto de renda e contribuição social	6.305	10.057		
<b>Subtotal prejuízo fiscal / base negativa (I)</b>	<b>6.305</b>	<b>10.057</b>		
Imposto de renda	35.185	38.536		
Contribuição social	21.111	23.121		
<b>Subtotal diferenças temporárias (II)</b>	<b>56.296</b>	<b>61.657</b>		
PIS e Cofins sobre reservas de sinistro e IBNR	3.724	4.460		
Outros	597	1.392		
<b>Subtotal outros</b>	<b>4.321</b>	<b>5.852</b>		
<b>Total não circulante</b>	<b>66.922</b>	<b>77.566</b>		
<b>Passivo</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>		
Imposto diferido passivo:				
IR e CSLL sobre reservas de reavaliação	977	976		
<b>Subtotal</b>	<b>977</b>	<b>976</b>		
<b>Total</b>	<b>977</b>	<b>976</b>		
- A ser realizado em até 12 meses (vide nota explicativa nº 13.a)	730	691		
- A ser realizado após 12 meses (vide nota explicativa nº 13.a)	247	285		
i) Os créditos tributários, decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social, são semestralmente avaliados em relação ao seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2023 a Seguradora apresentava créditos no montante de R\$ 6.305 (R\$ 10.057 em 2022). As diferenças temporárias estão classificadas no ativo não circulante, sendo originadas, em sua maioria, de provisões judiciais fiscais. Em razão destas ações estarem em trâmite nos tribunais superiores e não existir previsão para trânsito em julgado, estimamos com base em ações similares que o seu prazo de realização será em até 3 anos. A movimentação dos impostos diferidos ativos e passivos entre 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2023 está apresentada na tabela a seguir:				
<b>Movimentação de créditos tributários e previdenciários</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>Constituições</b>	<b>Realizações</b>	<b>31/12/2023</b>
<b>Ativo</b>				
Créditos tributários de prejuízos fiscais e bases negativas da CSLL	10.057	-	(3.752)	6.305
Créditos tributários de adições temporárias	51.724	3.064	-	54.788
Ganhos / perdas com ajuste a valor de mercado	9.933	-	(8.426)	1.507
PIS e Cofins sobre reservas de sinistro e IBNR	4.460	-	(736)	3.724
Outros	1.392	-	(795)	597
<b>Total</b>	<b>77.566</b>	<b>3.064</b>	<b>(13.709)</b>	<b>66.921</b>
<b>Passivo</b>				
Reserva de reavaliação	976	-	-	976
<b>Total</b>	<b>976</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>976</b>

A movimentação dos impostos diferidos, contabilizados diretamente no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram:

	31/12/2023	31/12/2022
IR/CS sobre reavaliação	38	38
IR/CS diferido	(8.426)	1.793
<b>Total</b>	<b>(8.388)</b>	<b>1.831</b>

A constituição dos créditos tributários está fundamentada em estudo técnico que leva em consideração, dentre diversas variáveis, que destacamos, a reestruturação das operações ocorrida no passado bem como o plano de negócios da Seguradora para os próximos exercícios. Esse estudo técnico aponta para a geração de lucros tributáveis futuros suficientes para permitir a realização desses créditos. O imposto de renda e contribuição social diferido decorrente de prejuízo fiscal e base negativa serão realizados à medida que os prejuízos fiscais que os originaram sejam compensados com os lucros futuros. Apresentamos a seguir a estimativa de realização desses créditos:

Períodos	2024	2025	Total
<b>Utilização do crédito</b>			
Prejuízos fiscais e Bases negativas	3.752	2.553	6.305
<b>Valor Presente do crédito</b>			
Prejuízos fiscais e Bases negativas	3.335	2.326	5.661

As diferenças temporárias no valor de R\$ 54.790 são formadas, basicamente, por provisões judiciais e provisão para riscos de créditos, para estes valores a realização é de longo prazo.

## 10. OUTROS ATIVOS

## 10.1. Depósitos judiciais

	31/12/2023	31/12/2022
<b>Depósitos judiciais</b>	<b>236.902</b>	<b>215.296</b>
Ações tributárias (vide nota explicativa nº 16)	918	3.555
Sinistros judiciais (vide nota explicativa nº 16)	102	88
Ações trabalhistas (vide nota explicativa nº 16)	31	35
Ações cíveis (vide nota explicativa nº 16)	237.953	218.974
<b>Total</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
<b>10.2. Outros créditos</b>	<b>199</b>	<b>199</b>
Bloqueios judiciais de sinistro	199	199
<b>Total</b>	<b>199</b>	<b>199</b>
<b>10.3. Outros valores e bens</b>	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
Salvados a venda (a)	447	753
Outros valores	19	116
<b>Total</b>	<b>466</b>	<b>869</b>

(a) Abaixo apresentamos os salvados a venda abertos por tempo de registro:

Aging/entrada	Automóveis	Outros	Total
A) 1 a 30 dias	28	2	30
B) 31 a 60 dias	142	-	142
C) 61 a 90 dias	106	-	106
D) 91 a 120 dias	62	-	62
E) 121 a 150 dias	41	-	41
G) 181 a 210 dias	12	-	12
H) 211 a 240 dias	22	-	22
L) 331 a 365 dias	19	-	19
N) 545 a 725 dias	9	-	9
P) Acima de 905 dias	4	-	4
<b>31/12/2023</b>	<b>445</b>	<b>2</b>	<b>447</b>
<b>31/12/2022</b>	<b>697</b>	<b>56</b>	<b>753</b>

Os Salvados de automóveis são atualizados mensalmente com base no valor de mercado disponibilizado pela FIPE.

## 11. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

Os custos de aquisição diferidos são compostos por comissões de corretagem, agenciamento, representantes de seguros e outros custos de aquisição que apresentam relação direta com contratos de seguro, e apresentam a seguinte composição:

	31/12/2023	31/12/2022
Automóvel	72.669	67.560
Rural	47.150	45.425
Vida	13	50
Demais Ramos	3.496	2.679
Transportes	881	1.224
Patrimonial	13.225	11.392
<b>Total</b>	<b>137.434</b>	<b>128.330</b>
Circulante	69.267	71.156
Não circulante	68.167	57.174
<b>Total</b>	<b>137.434</b>	<b>128.330</b>

O quadro abaixo demonstra a movimentação do custo de aquisição diferido entre 31 de dezembro de 2022 e 2023:

Saldo em 31 de dezembro de 2022	128.330
(+) Constituições	111.524
(-) Diferimento para despesa	(102.420)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>137.434</b>

Para a Seguradora, o ramo de maior representatividade na carteira é garantia estendida de automóvel e o prazo médio de diferimento é de 12 meses, após o início da vigência da apólice. A maior parte do custo de aquisição diferido registrado como não circulante pertence ao produto garantia estendida de automóvel, que possui, em sua maioria, uma vigência de 12 meses, mas pode levar até três anos para entrar em vigência.

## 12. ATIVO IMOBILIZADO

	31/12/2023	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>994</b>	<b>994</b>
(-) Depreciação	(134)	(134)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>860</b>	<b>860</b>
Taxa anual de depreciação - %	4%	
<b>12.1. Ativo Intangível</b>	<b>Outros Intangíveis</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>73</b>	<b>73</b>
(-) Amortização	(73)	(73)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Taxa anual de amortização - %	20%	

## 13. CONTAS A PAGAR

	31/12/2023	31/12/2022
Obrigações a pagar	1.151	795
Impostos e encargos sociais a recolher (a)	2.053	2.039
Impostos e contribuições (a)	828	810
Fornecedores	4.992	925
Convênio Liberty (vide nota explicativa 19.a)	3.757	1.129
Outras contas a pagar	2.294	2.236
<b>Total</b>	<b>15.075</b>	<b>7.934</b>
Circulante	12.781	5.698
Não circulante	2.294	2.236
<b>Total</b>	<b>15.075</b>	<b>7.934</b>
Tributos diferidos (a)	247	285
<b>Total não circulante</b>	<b>247</b>	<b>285</b>
(a) Impostos e contribuições a pagar:	<b>31/12/2023</b>	<b>31/12/2022</b>
IOF sobre prêmios de seguros	1.595	1.522
Imposto sobre serviços retido na fonte	129	119
PIS e COFINS retido na fonte	68	123
Contribuições ao INSS e ao FGTS	112	101
Imposto de renda retido na fonte	130	139
Outros	19	35
<b>Impostos e encargos</b>	<b>2.053</b>	<b>2.03</b>

★ continuação

# INDIANA SEGUROS S.A. - C.N.P.J. nº 61.100.145/0001-59

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR			
	31/12/2023		31/12/2022	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Automóvel	2.230	2.181	3.023	2.990
Demais Ramos	5.480	5.480	5.509	5.509
Rural	3.498	3.003	1.427	1.088
Vida	304	304	444	444
Patrimonial	5.913	4.984	4.481	4.481
Transportes	1.963	1.963	1.166	1.166
<b>Total</b>	<b>19.388</b>	<b>17.915</b>	<b>16.050</b>	<b>15.678</b>

	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados - IBNER			
	31/12/2023		31/12/2022	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Automóvel	3.936	3.836	1.377	1.365
Demais Ramos	5.313	5.313	-	-
Rural	3.258	3.044	1.179	1.138
Vida	205	205	453	453
Patrimonial	5.488	4.470	-	-
Transportes	2.178	2.178	(157)	(157)
<b>Total</b>	<b>20.378</b>	<b>19.046</b>	<b>2.852</b>	<b>2.799</b>

15.1. Garantia das provisões técnicas: De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:

	31/12/2023	31/12/2022
Total das provisões técnicas (a)	451.140	406.069
(-) Operações com resseguradoras	38.853	31.066
(-) Fundos e reservas retidos pelo IRB (vide nota explicativa nº 7)	53	53
(-) Custos de aquisição diferidos (i)	48.792	40.768
(-) Direitos creditórios (ii)	56.245	57.299
<b>Exclusões (b)</b>	<b>143.944</b>	<b>129.186</b>
<b>(=) Montante a ser garantido (c) = (a-b)</b>	<b>307.196</b>	<b>276.883</b>

Bens Vinculados a cobertura das Reservas		31/12/2023	31/12/2022
Títulos de renda fixa - privados		41.021	52.218
Títulos de renda fixa - públicos		285.775	245.131
<b>Total Bens Vinculados (d)</b>		<b>326.796</b>	<b>297.349</b>
Bens Não Vinculados a Cobertura das Reservas			
Caixa/Bancos		4.606	13.252
Outras Aplicações		162.280	112.869
<b>Total Bens Não Vinculados (e)</b>		<b>166.886</b>	<b>126.121</b>
<b>Ativos Totais (f) = (d+e)</b>		<b>493.682</b>	<b>423.470</b>
<b>(=) Suficiência (f-c)</b>		<b>186.486</b>	<b>146.587</b>

(i) Somente são oferecidos os custos de aquisição diferidos já quitados.  
 (ii) Montante correspondente às parcelas a vencer dos componentes dos prêmios a receber e de apólices de risco a decorrer líquido de adicional de fracionamento, custo de apólice, parcelas vencidas e não quitadas ou parcelas de prêmios cedidos em resseguro ou cosseguro.  
**15.2. Desenvolvimento de sinistros ocorridos:** As tabelas abaixo apresentam a evolução acumulada bruta e líquida de resseguros das estimativas dos sinistros judiciais e administrativos ocorridos e seus pagamentos até totalizarem o passivo corrente e os períodos do triângulo contemplam os sinistros ocorridos no período de 12 meses considerando o mês de apuração. Por exemplo, dezembro de 2023 contempla a ocorrência de janeiro a dezembro de 2023:

Mês/ano de ocorrência:	Valores brutos de resseguro judiciais (em milhões de reais)												
	Até Dez-12	dez/13	dez/14	dez/15	dez/16	dez/17	dez/18	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	Total
<b>Incorrido mais IBNR (i)</b>													
Até a data base:	27	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2
Um ano mais tarde:	29	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	-
Dois anos mais tarde:	34	3	3	2	1	1	1	1	1	1	1	1	-
Três anos mais tarde:	41	4	3	2	1	1	1	1	1	1	1	1	-
Quatro anos mais tarde:	46	5	3	2	1	2	1	1	1	1	1	1	-
Cinco anos mais tarde:	49	5	4	2	1	2	1	1	1	1	1	1	-
Seis anos mais tarde:	52	5	4	2	1	2	1	1	1	1	1	1	-
Sete anos mais tarde:	54	5	5	2	1	2	1	1	1	1	1	1	-
Oito anos mais tarde:	55	5	5	2	1	2	1	1	1	1	1	1	-
Nove anos mais tarde:	56	6	5	2	1	2	1	1	1	1	1	1	-
Dez anos ou + mais tarde:	62	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Posição em 31/12/2023</b>	<b>62</b>	<b>6</b>	<b>5</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>
<b>Pago Acumulado(*)</b>													
Até a data base:	(2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Um ano mais tarde:	(9)	(1)	(1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dois anos mais tarde:	(16)	(2)	(1)	(1)	(1)	(1)	-	(1)	-	-	-	-	-
Três anos mais tarde:	(23)	(2)	(2)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	-	-	-	-	-
Quatro anos mais tarde:	(29)	(3)	(3)	(2)	(1)	(1)	(1)	(1)	-	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde:	(34)	(3)	(3)	(2)	(1)	(1)	(1)	(1)	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde:	(38)	(4)	(3)	(2)	(1)	(1)	-	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde:	(42)	(4)	(3)	(2)	(1)	-	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde:	(45)	(5)	(4)	(2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos mais tarde:	(47)	(5)	(4)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos ou + mais tarde:	(53)	(5)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Posição em 31/12/2023</b>	<b>(53)</b>	<b>(5)</b>	<b>(4)</b>	<b>(2)</b>	<b>(1)</b>	<b>(1)</b>	<b>(1)</b>	<b>(1)</b>	<b>(1)</b>	<b>(1)</b>	<b>(1)</b>	<b>(1)</b>	<b>(68)</b>
<b>Provisão de sinistros em 31 de dezembro de 2023 (i)</b>	<b>9</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>16</b>
<b>Diferença entre estimativa inicial e final</b>	<b>(35)</b>	<b>(5)</b>	<b>(4)</b>	<b>(2)</b>	<b>(1)</b>	<b>(2)</b>	<b>(1)</b>	<b>(1)</b>	<b>-</b>	<b>(1)</b>	<b>(1)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Diferença % entre estimativa inicial e final</b>	<b>56%</b>	<b>83%</b>	<b>80%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>0%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>

Mês/ano de ocorrência:	Valores brutos de resseguro administrativos e líquido de salvados (em milhões de reais)												
	Até Dez-12	dez/13	dez/14	dez/15	dez/16	dez/17	dez/18	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	Total
<b>Incorrido mais IBNR (i)</b>													
Até a data base:	1.743	186	153	107	113	103	72	73	66	70	76	79	-
Um ano mais tarde:	1.743	189	158	111	114	82	74	75	69	72	76	-	-
Dois anos mais tarde:	1.745	189	158	111	114	82	74	75	69	72	-	-	-
Três anos mais tarde:	1.746	189	158	111	114	82	74	75	69	-	-	-	-
Quatro anos mais tarde:	1.746	189	158	111	117	82	74	75	-	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde:	1.746	189	158	111	117	82	74	-	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde:	1.745	189	158	111	117	82	-	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde:	1.744	189	158	111	117	-	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde:	1.744	189	158	111	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos mais tarde:	1.745	189	158	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos ou + mais tarde:	1.745	189	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Posição em 31/12/2023</b>	<b>1.745</b>	<b>189</b>	<b>158</b>	<b>111</b>	<b>117</b>	<b>82</b>	<b>74</b>	<b>75</b>	<b>69</b>	<b>72</b>	<b>76</b>	<b>79</b>	<b>2.847</b>
<b>Pago Acumulado(*)</b>													
Até a data base:	(1.723)	(151)	(126)	(91)	(77)	(70)	(76)	(77)	(68)	(62)	(57)	(68)	-
Um ano mais tarde:	(1.726)	(188)	(157)	(110)	(80)	(72)	(74)	(74)	(68)	(73)	(62)	-	-
Dois anos mais tarde:	(1.735)	(189)	(158)	(110)	(80)	(72)	(74)	(75)	(68)	(73)	-	-	-
Três anos mais tarde:	(1.738)	(189)	(158)	(111)	(80)	(72)	(74)	(75)	(68)	-	-	-	-
Quatro anos mais tarde:	(1.741)	(189)	(158)	(111)	(80)	(72)	(74)	(75)	-	-	-	-	-
Cinco anos mais tarde:	(1.742)	(189)	(158)	(111)	(80)	(72)	(74)	-	-	-	-	-	-
Seis anos mais tarde:	(1.742)	(189)	(158)	(111)	(80)	(72)	-	-	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde:	(1.742)	(189)	(158)	(111)	(80)	-	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde:	(1.743)	(189)	(158)	(111)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos mais tarde:	(1.743)	(189)	(158)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos ou + mais tarde:	(1.743)	(189)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Posição em 31/12/2023</b>	<b>(1.743)</b>	<b>(189)</b>	<b>(158)</b>	<b>(111)</b>	<b>(80)</b>	<b>(72)</b>	<b>(74)</b>	<b>(75)</b>	<b>(68)</b>	<b>(73)</b>	<b>(62)</b>	<b>(68)</b>	<b>(2.773)</b>
<b>Provisão de sinistros em 31 de dezembro de 2023 (i)</b>	<b>2</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>37</b>	<b>10</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1</b>	<b>(1)</b>	<b>14</b>	<b>11</b>	<b>74</b>
<b>Diferença entre estimativa inicial e final</b>	<b>(2)</b>	<b>(3)</b>	<b>(5)</b>	<b>(4)</b>	<b>(4)</b>	<b>21</b>	<b>(2)</b>	<b>(2)</b>	<b>(3)</b>	<b>(2)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Diferença % entre estimativa inicial e final</b>	<b>0%</b>	<b>2%</b>	<b>3%</b>	<b>4%</b>	<b>3%</b>	<b>-26%</b>	<b>3%</b>	<b>3%</b>	<b>4%</b>	<b>3%</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>	<b>0%</b>

Mês/ano de ocorrência:	Valores líquidos de resseguro judiciais (em milhões de reais)												
	Até Dez-12	dez/13	dez/14	dez/15	dez/16	dez/17	dez/18	dez/19	dez/20	dez/21	dez/22	dez/23	Total
<b>Incorrido mais IBNR (i)</b>													
Até a data base:	7	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1
Um ano mais tarde:	22	2	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	-
Dois anos mais tarde:	31	3	3	1	1	1	1	1	1	1	1	1	-
Três anos mais tarde:	38	4	3	2	1	1	1	1	1	1	1	1	-
Quatro anos mais tarde:	43	4	3	2	1	1	1	1	1	1	1	1	-
Cinco anos mais tarde:	46	4	4	2	1	1	1	1	1	1	1	1	-
Seis anos mais tarde:	48	5	4	2	1	1	1	1	1	1	1	1	-
Sete anos mais tarde:	50	5	4	2	1	1	1	1	1	1	1	1	-
Oito anos mais tarde:	51	5	4	2	1	1	1	1	1	1	1	1	-
Nove anos mais tarde:	52	5	4	2	1	1	1	1	1	1	1	1	-
Dez anos ou + mais tarde:	58	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Posição em 31/12/2023</b>	<b>58</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>76</b>							
<b>Pago Acumulado(*)</b>													
Até a data base:	(2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Um ano mais tarde:	(8)	(1)	(1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dois anos mais tarde:	(15)	(2)	(1)	(1)	-								

→ continuação

## INDIANA SEGUROS S.A. - C.N.P.J. nº 61.100.145/0001-59

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## 18. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

## 18.1. Prêmios emitidos

Os prêmios auferidos compreendem os prêmios de seguros emitidos, líquidos de cancelamentos e restituições. Os valores dos principais grupos de ramos de seguro estão assim compostos:

	31/12/2023				31/12/2022			
	Prêmios emitidos líquidos de cosseguo (a)		Prêmios emitidos líquidos de cosseguo (a)		2023		2022	
Automóvel	92.931		79.174	29%	24%			
Demais Ramos	25.120		18.407	8%	6%			
Rural	94.794		129.505	29%	40%			
Vida	43		(14)	0%	0%			
Transportes	38.777		39.343	12%	12%			
Patrimonial	72.567		61.427	22%	19%			
<b>Total</b>	<b>324.232</b>		<b>327.842</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>			

(a) Os prêmios emitidos líquidos de cosseguo por região geográfica estão assim compostos:

Região geográfica	Bruto de resseguo em 31/12/2023										31/12/2022					
	Auto-móvel	% Rural	% Vida	% Ramos	% Trans-portes	% Patri-monial	% Total	% Total	% Total	% Total	% Total	% Total				
Centro-Oeste	9.394	10%	29.566	31%	10	23%	916	4%	1.245	3%	5.469	8%	46.600	14%	55.932	17%
Nordeste	17.694	19%	7.339	8%	6	14%	1.283	5%	1.791	5%	5.302	7%	33.415	10%	25.001	8%
Norte	5.379	6%	4.764	5%	2	5%	199	1%	1.509	4%	796	1%	12.649	4%	12.041	4%
Sudeste	35.092	38%	19.948	21%	6	14%	16.280	64%	27.910	72%	40.512	56%	139.748	44%	137.477	42%
Sul	25.372	27%	33.177	35%	19	44%	6.442	26%	6.322	16%	20.488	28%	91.820	28%	97.391	30%
<b>Total</b>	<b>92.931</b>	<b>100%</b>	<b>94.794</b>	<b>100%</b>	<b>43</b>	<b>100%</b>	<b>25.120</b>	<b>100%</b>	<b>38.777</b>	<b>100%</b>	<b>72.567</b>	<b>100%</b>	<b>324.232</b>	<b>100%</b>	<b>327.842</b>	<b>100%</b>

Região geográfica	Líquido de resseguo em 31/12/2023										31/12/2022					
	Auto-móvel	% Rural	% Vida	% Ramos	% Trans-portes	% Patri-monial	% Total	% Total	% Total	% Total	% Total	% Total				
Centro-Oeste	7.151	9%	29.728	32%	10	24%	882	6%	1.245	4%	4.185	9%	43.201	16%	53.272	18%
Nordeste	14.372	18%	7.371	8%	6	14%	1.261	7%	1.790	5%	4.062	8%	28.862	11%	21.877	7%
Norte	4.735	7%	4.843	4%	1	2%	195	2%	1.509	4%	612	1%	11.895	4%	11.234	4%
Sudeste	29.745	38%	18.396	20%	6	14%	9.325	57%	23.159	68%	23.847	50%	104.478	38%	118.140	40%
Sul	22.031	28%	33.921	36%	19	46%	6.357	28%	6.322	19%	15.111	32%	83.761	31%	89.591	30%
<b>Total</b>	<b>78.034</b>	<b>100%</b>	<b>94.259</b>	<b>100%</b>	<b>42</b>	<b>100%</b>	<b>18.020</b>	<b>100%</b>	<b>34.025</b>	<b>100%</b>	<b>47.817</b>	<b>100%</b>	<b>272.197</b>	<b>100%</b>	<b>294.114</b>	<b>100%</b>

## 18.2. Variações das provisões técnicas de prêmios

As despesas com provisões técnicas apresentaram a seguinte variação no exercício:

	31/12/2023			31/12/2022		
	Bruto de resseguo	Líquido de resseguo	Líquido de resseguo	Bruto de resseguo	Líquido de resseguo	Líquido de resseguo
Provisão de prêmios não ganhos	(30.220)	15.230	(14.990)	(56.453)	7.011	7.011
<b>Total da variação das provisões técnicas</b>	<b>(30.220)</b>	<b>15.230</b>	<b>(14.990)</b>	<b>(56.453)</b>	<b>7.011</b>	<b>7.011</b>

18.3. Sinistros ocorridos: Os sinistros retidos compreendem as indenizações avisadas e a tabela a seguir apresenta os sinistros retidos brutos e líquidos de recuperação de resseguo. Os valores dos principais grupos de ramos de seguro estão assim compostos:

	Bruto de resseguo				Líquido de resseguo			
	Sinistro retido	Sinistralidade	Sinistro retido	Sinistralidade	Sinistro retido	Sinistralidade	Sinistro retido	Sinistralidade
Automóvel	(32.178)	(23.947)	38%	31%	(21.791)	(15.434)	30%	23%
Demais Ramos	(12.602)	(8.910)	59%	55%	(10.580)	(8.910)	54%	58%
Patrimonial	(45.313)	(34.983)	80%	85%	(31.284)	(24.448)	78%	78%
Rural	(45.453)	(41.506)	50%	41%	(40.267)	(37.851)	46%	40%
Transportes	(37.427)	(36.350)	96%	105%	(37.426)	(35.838)	103%	105%
Vida	476	(540)	-635%	56%	476	(540)	-635%	56%
<b>Total</b>	<b>(172.497)</b>	<b>(146.236)</b>	<b>59%</b>	<b>54%</b>	<b>(140.872)</b>	<b>(123.021)</b>	<b>55%</b>	<b>50%</b>

## 18.4. Custos de aquisição diferidos

	31/12/2023		31/12/2022		Índice de comissionamento	
	Bruto de resseguo	Líquido de resseguo	Bruto de resseguo	Líquido de resseguo	31/12/2023	31/12/2022
Automóvel	(38.465)	(34.999)	45%	45%		
Demais Ramos	(5.999)	(37.077)	28%	37%		
Patrimonial	(15.131)	(1.155)	27%	119%		
Rural	(33.950)	(4.426)	37%	27%		
Transportes	(8.313)	(8.341)	21%	20%		
Vida	(562)	(12.289)	749%	35%		
<b>Total</b>	<b>(102.420)</b>	<b>(98.287)</b>	<b>35%</b>	<b>36%</b>		

## 18.5. Outras receitas e despesas operacionais

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas operacionais	4.607	3.596
Receita com seguro rural - FESR	4.607	3.596
<b>Total de outras receitas operacionais</b>	<b>4.607</b>	<b>3.596</b>
Despesas operacionais		
Provisão para risco de créditos	(695)	(1.828)
Despesas com operação de seguros	(1.428)	(1.513)
Despesas com rastreador	(6)	(5)
Provisões cíveis	(141)	(190)
<b>Total de outras despesas operacionais</b>	<b>(2.270)</b>	<b>(3.536)</b>

## 18.6. Resultado com resseguo

	31/12/2023	31/12/2022
Receita com resseguo	31.722	23.215
Indenizações de sinistros	30.489	23.205
Despesa com sinistros	132	265
Variação da provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	1.101	(255)
<b>Despesa com resseguo</b>	<b>(36.904)</b>	<b>(27.643)</b>
Prêmios de resseguros	(51.280)	(33.748)
Variação da provisão de prêmios não ganhos	15.228	7.305
Comissões sobre prêmio de resseguo	(755)	20
Variação despesa de comercialização diferida	-	(294)
Salvados e ressarcidos	(97)	(926)
Outros resultados com resseguo	5.169	(26)
<b>Total de resultado com resseguo</b>	<b>(13)</b>	<b>(4.454)</b>

## 18.7. Despesas operacionais: 18.7.1. Despesas administrativas

	31/12/2023	31/12/2022
Despesa convênio com Liberty (vide nota explicativa nº 19.a)	(25.953)	(15.514)
Despesas com pessoal	(386)	(389)
Localização e funcionamento	(1.088)	(1.038)
Serviços de terceiros	(858)	(887)
Depreciação/amortização	(208)	(214)
Publicidade e propaganda	(15)	(14)
Outras	(1.314)	(1.167)
<b>Total</b>	<b>(29.822)</b>	<b>(19.223)</b>

## 18.8. Despesas com Tributos

	31/12/2023	31/12/2022
PIS	(1.123)	(1.002)
COFINS	(6.911)	(6.166)
Taxa de fiscalização	(1.909)	(1.909)
Outras	(753)	(391)
<b>Total</b>	<b>(10.696)</b>	<b>(9.468)</b>

## 18.9. Resultado financeiro

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras	58.472	50.900
Rendimentos títulos da dívida pública	32.660	24.435
Rendimentos CDB	4.623	5.844
Rendimentos fundos de investimentos - não exclusivos	3	-
Rendimentos debêntures	5.650	5.351
Receitas com operação de seguros	536	488
Atualização monetária	15.099	13.388
Outras receitas financeiras	(99)	1.394
Despesas financeiras	(16.190)	(13.237)
Despesas com operação de seguros	(397)	(971)
Atualização monetária	(15.501)	(13.234)
Outras despesas financeiras	(292)	968
<b>Total de resultado financeiro</b>	<b>42.282</b>	<b>37.663</b>

18.10. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social calculados com base nas alíquotas oficiais, estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações do resultado, como segue:

	IRPJ		CSLL	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes dos impostos e após participações	23.164	31.424	23.164	31.424
Resultado antes da tributação sobre o lucro	23.164	31.424	23.164	31.424
IRPJ à alíquota de 25% e CSLL à alíquota de 15%	(5.791)	(7.856)	(3.475)	(5.028)
Diferenças temporárias	(1.915)	(2.321)	(1.149)	(1.393)
Diferenças permanentes	(86)	(435)	(66)	140
Deduções incentivadas	262	304	-	-
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	2.345	3.099	1.407	1.861
<b>Despesa efetiva de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(5.185)</b>	<b>(7.209)</b>	<b>(3.283)</b>	<b>(4.420)</b>
Constituição/(Reversão) de créditos tributários	(429)	(779)	(258)	(467)
<b>Despesa de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(5.614)</b>	<b>(7.988)</b>	<b>(3.541)</b>	<b>(4.887)</b>
Alíquotas efetiva (%)	24%	25%	15%	16%

## 19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou como partes relacionadas à Seguradora, as seguintes empresas do grupo: Liberty Seguros S.A., Fácil Assist. Serviços de Assistência 24 horas Ltda., Liberty Mutual Insurance Co. e Liberty Syndicates, conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05. (a) Os saldos a receber, a pagar, as receitas e despesas por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	31/12/2023		31/12/2022		31/12/2023		31/12/2022	
	Ativo Passivo	Ativo Passivo	Receita/(despesa)	Receita/(despesa)	Receita/(despesa)	Receita/(despesa)	Receita/(despesa)	Receita/(despesa)
Liberty Seguros S.A. (i)	-	3.757	-	1.129	(25.955)		(15.514)	
Liberty Mutual Insurance Co. (ii)	-	-	-	39	(459)		(388)	
<b>Transações de cosseguo:</b>								
Liberty Seguros S.A. (i)	54.756	107.708	48.735	93.985	13.852		3.653	
<b>Transações de resseguo:</b>								
Liberty Syndicates (iii)	139	211	575	158	377		(58)	
Fácil Assist. Serviços de Assistência 24 horas Ltda. (iv)	-	19	20	226	(224)		(771)	
<b>Total</b>	<b>54.895</b>	<b>111.695</b>	<b>49.330</b>	<b>95.537</b>	<b>(12.409)</b>		<b>(13.078)</b>	

(i) Corresponde ao rateio de despesas entre a Liberty Seguros S.A. e a Indiana Seguros S.A. e as operações de cosseguo.

(ii) Empresas do grupo, subsidiárias do grupo Liberty International, referem-se às transações de despesas administrativas.

(iii) Empresas do grupo, subsidiárias do grupo Liberty International, referem-se às transações de resseguo. (iv) Referem-se às transações de despesas administrativas e ao fornecimento de serviço de assistência. A Seguradora não detém saldo com pessoal-chave. (b) Remuneração do pessoal-chave da Administração: É estabelecida anualmente, pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária o montante global anual da remuneração dos membros da Diretoria, a ser distribuída entre estes conforme deliberado em Reunião de Diretoria, observada a legislação vigente. Durante exercício de 2023 não houve pagamento de remuneração do pessoal-chave da Administração. (c) Outras informações: Conforme legislação em vigor, sociedades Seguradoras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para: • Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau; • Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; • Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10% da própria Seguradora, quaisquer diretores ou administradores da própria Seguradora, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau. Dessa forma, não são efetuados pela Seguradora empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria e seus familiares.

## 20. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequentes após o fechamento até a data de publicação dessas demonstrações financeiras.

## DIRETORIA

Eduardo Stefanello Dal Ri  
PresidenteVagner de Paula Guzella  
Vice-PresidenteMarcos Machini  
Vice-PresidenteKaren Ferraz de Aguiar Schiavon  
Vice-PresidenteJorge Alberto Vargas  
Vice-Presidente

## CONSELHO DA ADMINISTRAÇÃO

Wilm Langenbach  
Presidente do ConselhoNicolas Masjuan  
ConselheiroMaximiliano Javier Casas Sanchez  
Conselheiro

## CONTADOR

Rogerio do Nascimento  
CRC 1SP259014/O-4

## ATUÁRIA

Mirela Barboza Pontes  
MIBA 1916

## DIRETOR RESPONSÁVEL TÉCNICO ATUARIAL

Marcos Machini

## COMITÊ DE AUDITORIA

Maria Salete Garcia Pinheiro

Nicolas Masjuan

Maximiliano Javier Casas Sanchez

O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 da HDI Seguros S.A..

## PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas Indiana Seguros S.A. **Escopo da Auditoria:** Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguo registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Indiana Seguros S.A. (Sociedade) em 31 de dezembro de 2023 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com

★ continuação

## INDIANA SEGUROS S.A. - C.N.P.J. nº 61.100.145/0001-59

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

oriundas de suas apólices de seguros que estão registrados nas rubricas "Ativos de resseguro e retrocessão" e "Provisões técnicas - Seguros" demonstradas nas notas explicativas nºs 3j, 3l e 15 das demonstrações financeiras. A determinação dos valores de provisões técnicas das apólices de seguros envolve julgamento relevante da Diretoria na elaboração de metodologias para a mensuração dessas provisões, com base em premissas determinadas e suportadas pelas informações e experiência da equipe atuarial da Seguradora. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido um julgamento profissional relevante da Diretoria na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxa de desconto, taxa de cancelamento, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, entre outros. A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela Diretoria na constituição de suas provisões técnicas foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros ocorridos, mas não avisados, provisão de sinistros ocorridos, mas não suficientemente avisados e teste de adequação de passivos. *Como nossa auditoria conduziu esse assunto:* Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) atualização dos nossos entendimentos dos controles relevantes e testes de sua efetividade, (ii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas das apólices de seguro firmadas pela Seguradora; (iii) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela Diretoria da Seguradora, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (iv) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (v) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; e (vi) a revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Diretoria da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Diretoria. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Diretoria e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Diretoria e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Diretoria, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários

das demonstrações financeiras (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejar a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou valores fixados pelo auditor, inferiores ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto, excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contiuo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Seguradora, e consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2024



**ERNST & YOUNG**  
**Auditores Independentes S/S Ltda.**  
 CRC-2SP034519/O  
**Paula Colodete Lucas**  
 Contadora - CRC - 1SP290864/O-3

[www.indianaseguros.com.br](http://www.indianaseguros.com.br)


Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>